



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021**  
**(Processo Administrativo nº 24/2021)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo, por meio de seu Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, nas dependências do Consórcio, Praça Izidoro Binda, 138, bairro Vila Nova, Colatina/ES fará realizar abertura da sessão de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do **tipo menor preço por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços**, conforme as exigências estabelecidas neste Edital.

Para a prestação de esclarecimentos acerca deste edital, os interessados poderão entrar em contato pelo telefone (27) 3722-0366, exclusivamente no horário das 8h às 17h (Brasília) ou pelo e-mail [comprascisabes@gmail.com](mailto:comprascisabes@gmail.com).

Os esclarecimentos serão prestados até o segundo dia útil anterior à data prevista para o processamento do certame, salientando-se que não serão conhecidos ou processados esclarecimentos verbais ou escritos dirigidos ao Pregoeiro após o segundo dia útil anterior à data prevista para o processamento do certame ou fora dos horários previstos acima.

A Abertura da sessão inicial do processo licitatório acontecerá na sala de pregões do CISABES, na Praça Izidoro Binda, 138, Bairro Vila Nova, Colatina/ES, através do site <http://www.licitacoes-e.com.br>, no dia **18 de março de 2021 às 08 h15min.**

**DA REGÊNCIA LEGAL**

- 1.1. Lei nº 8.666/93 e alterações;
- 1.2. Lei Federal nº 10.520/02;
- 1.3. Lei Complementar nº 123/06;
- 1.5. Resolução do CISABES nº155/2020;
- 1.6. Demais disposições contidas neste Edital.

SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PREVISTO NOS ARTIGOS 47 E 48 DA LEI 123/06, SOMENTE SE EVIDENCIADO QUE ESTÁ SENDO VANTAJOSO E QUE NÃO ACARRETARÁ PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONFORME DESCRITO NO INCISO III DO ARTIGO 49

**- DAS INFORMAÇÕES GERAIS**

**1.1. Da retirada do edital** – As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (nº de controle 858990) ou providenciar a cópia que estará à disposição na Sede do CISABES em Colatina/ES e no endereço eletrônico do Consórcio [www.cisabes.com.br](http://www.cisabes.com.br).

**1.2.** O Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante as condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

**1.3.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor do órgão promotor do certame, denominado Pregoeiro.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

14. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** às 08:00 h do dia 26/02/2021
15. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** às 08:00 h do dia 18/03/2021
16. **DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** às 08:15 h do dia 18/03/2021
17. **DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:** <http://www.licitacoes-e.com.br>
18. **Obs: a partir das 11:00 será suspensa a abertura de novos lotes e, assim que forem concluídos os que estão em disputa, o pregão será interrompido por uma hora para almoço. O Pregoeiro informará os horários exatos de retorno no site (tela “mensagem”) além de informar nos lotes abertos no momento.**
19. **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:** Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço eletrônico: [comprascisabes@gmail.com](mailto:comprascisabes@gmail.com)

#### **– DO OBJETO**

Constitui objeto do pregão a aquisição, via Registro de Preço, de Vidraria, Reagentes e Consumíveis para uso pelo Consórcio, conforme especificações e quantidades constantes no anexo desta licitação.

- 2.2. O registro de preços terá validade por 12 (doze) meses contado da data da publicação da Ata de Registro de Preços.
- 2.3. A validade do registro de preços não prejudicará contrato firmado para término após o período de validade, observado o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 2.4. Quanto à execução da Ata de Registro de Preços haverá ou não a aquisição, em quaisquer quantidades, em relação a qualquer item cujo preço for registrado, salientando-se que as quantidades especificadas são estimadas.
- 2.5. No que tange às propostas, serão aceitas as que observarem estritamente as especificações completas contidas no anexo a este edital, sob pena de desclassificação; além disso, em relação à aceitação das propostas, serão observados os critérios previstos na legislação correlata.
- 2.6. Os licitantes interessados devem tomar como base para a confecção de suas propostas a relação de produtos anexa a este edital, haja vista que qualquer incompatibilidade da proposta com a descrição das características de determinado produto ocasionará a desclassificação da proposta.
- 2.7. O presente edital será disponibilizado por via eletrônica.
- 2.8. Os preços deverão ter, no máximo, duas casas decimais após a vírgula; caso o desconto ofertado importe em mais que duas casas decimais após a vírgula, estas serão desprezadas.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**2.9.** A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante neste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

**2.10.** No que tange às propostas, serão aceitas as que observarem estritamente as especificações completas contidas no anexo a este edital, e que observarem os limites máximos de preços estabelecidos para cada um dos itens em que concorrerem, sob pena de desclassificação; além disso, em relação à aceitação das propostas, serão observados os critérios previstos na legislação correlata. O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.11 - Fica expressamente prevista a possibilidade de que os próprios consorciados ao CISABES (autarquias e administrações diretas) ou outras entidades possam realizar contratações dos produtos licitados e constantes na Ata de Registro de Preços, por meio das respectivas adesões (procedimento "carona"), nos termos da Resolução nº 057/2016, do CISABES, ficando expressamente esclarecidos os pontos a seguir a respeito do procedimento, visando evitar dúvidas futuras para os órgãos interessados e para os fornecedores:

Esclarece-se que a questão referente à observância à estrita legalidade que rege a Administração Pública está devidamente pautada, no caso das adesões no âmbito do CISABES, em decorrência do §3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, pela Resolução nº 057/2016 (o CISABES, como qualquer consórcio público, não emite decretos, mas sim resoluções), de modo que, para o Consórcio, não se aplicam as disposições do Decreto Federal nº 7.892/13, o qual, segundo seu art. 1º, aplica-se "às contratações de serviços e à aquisição de bens (...) no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União".

Sendo assim, a invocação ao decreto federal como vedação ao fornecimento do objeto por parte de fornecedores está dissonante da legalidade aplicável ao caso.

Prosseguindo, observando o disposto na Resolução nº 057/2016, do CISABES, constata-se que "para efeitos de aproveitamento da Ata de Registro de Preços" (§3º do art. 1º), ficam considerados como órgãos participantes "todos os consorciados ao consórcio" e "demais órgãos públicos estaduais e municipais do Estado do Espírito Santo" (inciso I e inciso II do §3º do art. 1º da resolução).

Diante disso, se determinada autarquia consorciada ou administração direta consorciada do CISABES solicitou, já no início da licitação, determinado produto e determinada quantidade de produto, ela será considerada participante originária, e não órgão participante, tendo direito a ser atendida pelo fornecedor naquele produto e naquela quantidade. Ressalta-se ainda que este Edital destina-se, a princípio, ao atendimento direto do Consórcio, mas que qualquer de seus consorciados poderá solicitar participação no registro, cabendo à empresa vencedora decidir sobre aceitar ou não sua inserção.

Contudo, se determinada autarquia ou administração direta não solicitou desde o início determinado produto ou solicitou o produto em determinada quantidade e precisa de mais quantidade, será considerada órgão participante para adesão na ata se quiser o produto que não solicitou ou se quiser quantidade maior de produto, de acordo com o disposto no inciso I do §3º do art. 1º da resolução referida.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

Assim, a autarquia ou administração direta que não solicitou inicialmente o produto, ou que quer maiores quantidades de produtos solicitados desde o início por si, na sua adesão, ficará limitada à aquisição de, no máximo, 100% do quantitativo geral de cada item registrado (somando-se toda a quantidade solicitada por todas as autarquias na licitação), nos termos do §1º do art. 21 da Resolução nº 057/2016.

A quantidade máxima de adesão de produtos, independentemente do número de adesões, será de 5 vezes do quantitativo geral de cada item registrado (somando-se toda a quantidade solicitada por todas as autarquias na licitação); esse quantitativo de 5 vezes refere-se à quantidade de adesões, e não à quantidade de adesões somada à quantidade inicialmente solicitada.

### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1.** As despesas para execução do objeto do Registro de Preços ora licitado correrão à conta de dotação orçamentária a ser definida pelo Consórcio e serão especificadas no tempo da emissão da Autorização de Fornecimento.

### **DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema, para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

**4.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**4.3.** A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

**4.4.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

**4.5.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.6.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

### **DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**5.1.** O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

### **DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES**

**6.1.** Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) Credenciar-se, previamente, junto ao provedor do Sistema, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;
- b) Cadastrar o valor da proposta até o prazo estabelecido no edital, exclusivamente por meio eletrônico (via internet).
- c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) Utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- h) Submeter-se às exigências da Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

### **DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO**

**7.1.** Somente poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e nos seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.

**7.2.** Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

- 73.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações.
- 74.** É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.
- 75.** Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.
- 76.** O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas ao sistema eletrônico de licitações, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- 77.** O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
- a) Instrumento particular de mandato outorgando a operador devidamente credenciado junto só sistema, poderes específicos de sua representação no pregão.
  - b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, e
  - c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro, inserção de catálogos do fabricante.
- 78.** A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo VII para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

#### **CRENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES:**

- 81.** Os licitantes interessados em participar do presente processo licitatório deverão cadastrar-se previamente perante o provedor do sistema eletrônico.
- 82.** O Credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação pessoal e intransferível.
- 83.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 84.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou CONSÓRCIO CISABES qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 85.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.





Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

### **PARTICIPAÇÃO:**

**8.7.** A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limite estabelecido.

**8.8.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**8.9.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**8.10.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

**8.11.** Fica expressamente esclarecido que neste certame, nos itens com valores até R\$ 80 mil, não haverá a aplicação do privilégio de que trata o art. 48, caput, I da LC 123 (participação exclusiva de MEs e EPPs), e nem do privilégio previsto no art. 48, caput, III da mesma lei complementar (cota de até 25% para a aquisição de bens de natureza divisível) diante do fato de que não foram cumpridos os requisitos previstos nos incisos II e III do art. 49 da mesma lei complementar federal, cuja apuração foi regulamentada verificada na fase interna do certame por meio da aplicação da Resolução nº 124, de 15 de agosto de 2019, deste Consórcio.

**8.12.** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**8.12.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**8.12.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**8.12.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**8.12.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**8.12.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**8.12.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

### **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**92.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**93.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**94.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**95.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**96.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**97.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

### **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**101.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia (nunca inferior a 12 meses a partir da entrega), número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**102.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**103.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**104.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**105.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.





Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**10.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**10.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.**

### **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**11.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**11.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**11.3.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante. A simples apresentação de marca não é motivo para desclassificação.

**11.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**11.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**11.7.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**11.8.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**11.19.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

**11.20.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**11.21.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**11.22.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01.

**11.23.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.

**11.24.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**11.25.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**11.26.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**11.27.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**11.28.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**11.29.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**11.30.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**11.31.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**11.32.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**11.33.** O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**11.34.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**11.35.** Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**11.36.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**11.37.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**11.38.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**11.39.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**11.40.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**11.41.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

**11.41.1.** No país;

**11.41.2.** Por empresas brasileiras;

**11.41.3.** Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**11.41.4.** Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**11.42.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**11.43.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**11.44.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**11.45.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**12.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

**122.** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

**123.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**124.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**125.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**126.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**127.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

**128.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**129.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

## **DA HABILITAÇÃO**

**131.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**13.1.1.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

**13.1.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**13.1.3.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**13.1.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**13.1.5.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**13.1.6.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**13.1.7.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**13.1.8.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**13.1.9.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**13.2.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**13.3.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**13.4.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**13.5.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no ano em curso.

**13.6.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**13.7.** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual.

**13.8.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**13.9.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**13.10.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**13.11.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**13.12.** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**13.13.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**13.14.** Declaração da empresa de que não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

**13.15.** Declaração da empresa de que não haverá superveniência de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93;

**13.16.** Declaração da empresa de que atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99);

**13.17.** Declaração da empresa de que não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – art. 9º inciso III da Lei 8.666/93.

#### **REGULARIDADE FISCAL DE TRABALHISTA**

**13.18-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**13.19-** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da





Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**13.20** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**13.21** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**13.22** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**13.23** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**13.24** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**13.25** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**13.26** A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

**13.27** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

#### **Observação**

**13.28** - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**13.29** - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**13.30** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**13.31** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**13.32** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**13.33** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**13.34** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**13.35** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

**13.36** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **14 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**14.1** - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**14.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**14.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**14.1.3.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**14.1.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**14.1.5.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**14.2** - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**14.3** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**14.4** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**14.5** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### **DOS RECURSOS.**

**15.1** Declarado o vencedor e decorrida a fase de habilitação da licitante será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**15.2** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**15.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**15.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**15.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**15.2.4.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**15.2.5.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

### **DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**16.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**16.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**16.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**16.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**16.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

### **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**17.1** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro,



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**17.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **DO REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1** Esta licitação será processada mediante o Sistema de Registro de Preços, cujos termos e condições encontram-se previstos neste Edital.

**18.2** Os licitantes que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

**18.3** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**18.4** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas neste edital.

**18.5** O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto no subitem anterior, sob alegação de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

**18.6** No ato assinatura da Ata de Registro de Preços, a vencedora deverá apresentar os documentos de habilitação elencados no presente edital, cujo prazo de validade esteja vencido;

**18.7** A Ata deverá ser assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

**18.8** Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o subitem 18.4, serão convocadas as LICITANTES que comporiam o Cadastro de Reserva da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação.

**18.9** Assinada a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de contratação nas condições estabelecidas.

**18.10** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

**18.11** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

### **DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**18.12** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**18.13** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.13.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.13.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**18.14** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.14.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.14.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**18.15** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

**18.16** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

**18.17** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

**18.18** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

### **DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

**19.1** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital, podendo haver reajustes e recomposições nas hipóteses



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

legais.

### **DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO**

**20.1** O Consórcio designará, formalmente, um servidor para acompanhar a entrega do objeto, conforme este Termo de Referência, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo, que deverão acompanhar a contratação e entrega dos medicamentos.

**20.2** A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CISABES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência.

**20.3** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**20.4** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**21.1** A entrega do material deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento de material emitida pelo Consórcio, contados a partir da assinatura do recebimento da mesma, devendo a entrega do material ser realizada no máximo em 60 (sessenta) dias após o recebimento da ordem de fornecimento/Empenho, não ocorrendo a entrega do material o fornecedor deverá se justificar perante o Consórcio no prazo máximo de 48 h (quarenta e oito horas), devendo o Consórcio se manifestar acerca da dilação do prazo de entrega diretamente à empresa.

**21.2** A empresa que não cumprir o prazo acima estipulado estará sujeita às sanções estabelecidas no edital, no contrato, na Lei 10.520/2002 e na Lei 8.666/93;

**21.3** A entrega do material será entregue na Sede do Cisabes, em Colatina/ES, conforme indicado na sua ordem de Fornecimento / Empenho. Sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado.

**21.4** Não será admitida a entrega do objeto pela contratada sem que esta esteja de posse da nota de empenho.

**21.5** O recebimento provisório dos produtos não implica a aceitação definitiva respectiva;

#### **21.6 Deverão ser fornecidos junto com a entrega dos produtos químicos:**

- a) Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ);
- b) Certificado de qualidade ou laudo do fabricante que ateste as características físico-químicas das matérias-primas;





Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

- c) Certificado de qualidade do fabricante ou ficha de especificação Técnica que ateste as características físico-químicas do produto;
- d) Ficha de emergência conforme NBR 7.503/08 ou 7.503/05;
- e) Laudos de atendimento aos requisitos de saúde – LARS, em papel timbrado do laboratório, conforme modelo de Documento Aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a seção IV alínea b, do inciso III, do artigo 13 da Portaria de consolidação número 05/2017, disponível no site <http://www.abes-dn.org.br/ctqppq/>.
- f) Informação da Dosagem Máxima de Uso (DMU) do produto químico. A DMU informada deve ser igual ou maior que a Dosagem Máxima de Uso de interesse (DMU). (**Atendimento aos requisitos especificados na NBR 15.784**)
- g) **Comprovação de Baixo Risco a Saúde pelo uso do produto químico no tratamento de água para consumo humano – CBRS (Anexo II):** elaborado para atender ao disposto no Art. 39, parágrafo 5º da Portaria de Potabilidade. O CBRS deve ser assinado pelo Responsável Técnico da Empresa Fornecedora do Produto Químico e tem como objetivo comprovar que o produto químico utilizado não oferece riscos à saúde humana. O CBRS deve ser elaborado para cada produto químico utilizado no tratamento da água.
- h) Laudo do Órgão Oficial de reconhecida capacidade técnica, onde ateste: Que o produto não é tóxico à dosagem de 10 ppm, comprovado através de análises de toxicidade; Apresentar também mínimo de 01 atestado de DL 50 oral, DL 50 dermal e mutagenicidade. (micronúcleo e Ames); Estudo Subcrônico de 90 dias (via oral);
- i) A empresa deverá atender as seguintes normas da ABNT NBR 15007-1/2/3:  
NBR 15007-1 – Item 4.7 – Determinação da atoxidade do produto.  
NBR 15007-2 – Item 4 – Radioatividade;  
NBR 15007-3 – Anexo L – Determinação do nível de contaminantes inorgânicos do Produto.

**21.7** Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência ou apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para uso, serão recusados e devolvidos parcialmente ou totalmente, conforme o caso, ficando a Contratada obrigada a substituí-los no prazo de 05(cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;

**21.8** O servidor designado poderá solicitar a substituição de um produto por outro em caso de erro, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a contar do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil;

**21.9** Somente após a verificação do enquadramento do produto entregue com as especificações definidas neste Termo de Referência, dar-se-á o recebimento definitivo por servidor responsável, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório;

**21.10** O fornecedor deverá entregar os itens de maneira que seja possível conferir, separadamente, cada um, de forma que facilite a contagem e controle dos mesmos;

**21.11** Será recusado produto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;

**21.12** O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidade futuras quanto à qualidade



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

do produto entregue;

**21.13** Testes realizados na fase de entrega não impedirão a realização de testes futuros, quando houver suspeita de que o produto seja falsificado;

**21.14** A Administração poderá solicitar teste(s) do(s) produto(s) junto ao(s) seu(s) fabricante(s), para verificar a legitimidade dos mesmos. Se verificada a inadequação do produto ou a sua falsidade, será feita notificação da empresa para que promova a substituição, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis;

**21.15** Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo será suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias;

**21.16** Conforme disciplinado nos artigos 12 a 17 da Lei nº 8.078/90, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade e qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Consórcio as faculdades previstas no art.18 da mesma lei.

**21.17** Para recebimento da mercadoria a empresa deverá apresentar acompanhado de a Nota Fiscal contendo a discriminação estabelecida neste Termo de Referência:

a) Certidões Negativas (Federal, Estadual, Municipal, FGTS)

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**22.1** Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

**22.2** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado, na forma estabelecida no edital e contrato;

**22.3** Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

**22.4** Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

**22.5** Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento do(s) produto(s);

**22.6** Rejeitar os produtos que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;

**22.7** Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação dos serviços, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;

**22.8** Notificar a CONTRATADA, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

**22.9** Efetuar pagamento após o recebimento dos produtos que estiverem dentro dos padrões exigidos;

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**23.1** Não transferir a outrem, no todo ou parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

- 23.2** Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado;
- 23.3** Entregar os produtos especificados no local determinado pela CONTRATANTE, conforme Edital e seus anexos;
- 23.4** A contratada obriga-se a: Entregar o material conforme as especificações contidas no Edital e seus anexos;
- 23.5** A Contratada responsabilizar-se-á pela reposição do material e/ou em caso de defeito.
- 23.6** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 23.7** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 23.8** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 23.9** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) corridos, o produto com avarias ou defeitos;
- 23.10** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 23.11** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 23.12** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 23.13** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 23.14** Apresentação atestado de aptidão da empresa licitante para execução de serviços compatíveis com objeto desta licitação, por pessoa jurídica de direito público ou privado;

#### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

21.1. O licitante deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no Edital, sujeitando-se às sanções constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

24.2. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a contratação, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, fizer declaração falsa, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CISABES e seus Consorciados pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato, e das demais cominações legais

a) Considera-se **retardamento na execução do certame** qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura da Ata de Registro de Preços ou contrato.

b) Considera-se **não manter a proposta** a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

c) Considera-se **falhar na execução do objeto** o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumidas pelo contratado.

d) Considera-se **fraudar na execução** do objeto a prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública.

e) Considera-se **comportar-se de modo inidôneo** a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como os descritos nos artigos 90; 92, parágrafo único; 93; 94; 95, parágrafo único; 96 e 97, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

24.3. A Administração deve determinar o prazo de aplicação da sanção tomando por pressupostos as especificidades de cada caso e a gravidade das condutas apuradas.

24.4. Nos casos de pequenos descumprimentos na execução do objeto desta contratação, que não gerem prejuízo para o Contratante, poderá ser aplicada a sanção de Advertência, por escrito, conforme inciso I do art. 87 da Lei 8.666/93.

24.5. A contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do(s) produto(s), sujeitando-se as penalidades constantes nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:

a) **ADVERTÊNCIA**, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para a Secretaria.

b) **MULTA POR MORA** – 0,33%(trinta e três centésimos por cento) ao dia, limitado a 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parcela em atraso nos casos de descumprimento do prazo para entrega do(s) produto(s).

c) **MULTA DE INADIMPLEMENTO** – 2,0%(dois por cento), incidente sobre o valor global da contratação, pelo atraso superior a 30(trinta) dias ou recusa em fornecer o(s) produto(s), aplicada cumulativamente com a multa estabelecida no item anterior;



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**d) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com o CISABES e seus Consorciados por um período de até 2(dois) anos, nos casos de recusa de fornecer o(s) produto(s);

**e) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou omissão de declaração falsa, por um período de até 2(dois) anos;

**24.6.** Da aplicação de penalidade caberá recurso, conforme disposto no art.109 da Lei nº 8.666/1993;

**24.7.** As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Secretaria após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

**24.8.** A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

**24.9.** O prazo para apresentação da defesa prévia será de 05(cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra da contagem do prazo estabelecida no art.110 da Lei nº 8.666;1993;

**24.10.** A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Prefeito, facultada a defesa do interesse no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02(dois) anos de sua aplicação

**24.11.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao de encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**24.12.** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

**24.13.** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Consórcio.

**24.14.** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou de crédito existente na Administração Municipal, em favor da Contratada, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**24.15.** Não será aplicada multa se, **justificada e comprovadamente**, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.

**24.16.** As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

**24.17.** A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entregar das razões de defesa.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**24.18.** O desatendimento à notificação importa o reconhecimento da veracidade dos fatos e a preclusão do direito pelo licitante, implicando na imediata aplicação da sanção prevista em lei e no Edital.

**24.19.** O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, exceto no caso previsto na alínea “e” do item 24.2, o qual será de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação, onde deverá ser observada a regra da contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/93.

**24.20.** As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**24.21.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

### **DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**24.1** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

**24.2** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**24.3** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**25.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**25.5** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**25.6** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**25.7** Acolhida a impugnação contra o Edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**25.8** Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original.

**25.9** Caso o pregoeiro decida pela não impugnação do ato convocatório, o processo será encaminhado para a autoridade competente para ratificar ou alterar a decisão daquela.

**25.10** É vedada à licitante a utilização de impugnação sem qualquer fundamento ou de natureza meramente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento licitatório. Identificado tal comportamento, poderá o Pregoeiro ou, se for o caso, a autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes, bem como aplicar penalidade.





Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**25.11** As impugnações interpostos fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo PROPONENTE não serão conhecidos.

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**25.2** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão da Autorização de Fornecimento/Contrato sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**25.3** A aceitação da proposta vencedora, pelo Município, obriga o seu proponente ao fornecimento do objeto desta licitação, pelo preço e condições oferecidas, não cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

**25.4** Fica assegurada ao fornecedor, na forma do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, o restabelecimento do equilíbrio–financeiro de sua proposta, desde que devidamente comprovado o desequilíbrio.

**25.5** A Administração poderá revogar a presente licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, disponibilizando no sistema para conhecimento dos interessados, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

**25.6** A Administração poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**25.7** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

**25.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

**25.9** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, igualdade, a finalidade e a segurança do fornecimento.

**25.10** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta comercial.

**25.11** O Pregoeiro poderá desclassificar a licitante até o recebimento da Autorização de Fornecimento, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

**25.12** É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, inclusive Fundação instituída e/ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, do procedimento licitatório disciplinado por legislação vigente.

**25.13** Pela elaboração e apresentação da proposta e documentação, o proponente não terá direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

**25.14** A licitante que não comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Administração, quando solicitado, será automaticamente inabilitada no presente certame.

**25.15** Não havendo solicitação, pelos interessados, de esclarecimentos e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

**25.16** Não será permitida a entrega do objeto licitado sem que o órgão competente da Administração Municipal emita, previamente, a respectiva Autorização de Fornecimento.

**25.17** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no artigo 65, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

**25.18** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis.

**25.19** O Edital completo da presente licitação poderá ser adquirido eletronicamente no site oficial do CISABES, na íntegra, no endereço do sistema eletrônico de licitações, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**25.20** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**25.21** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor.

**25.22** Fica estabelecido que as questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Colatina/ES, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**25.23** Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

**ANEXO I – Termo de Referência;**

**ANEXO II – Exigências para Habilitação;**



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**ANEXO III – Modelo de proposta;**

**ANEXO IV – Declaração inidoneidade;**

**ANEXO V – Declaração Habilitação;**

**ANEXO VI – Declaração menor de idade;**

**ANEXO VII – Declaração ME/EPP**

**ANEXO VIII – Declaração Responsabilidade**

**ANEXO IX – Declaração Vínculo**

**ANEXO X – Demonstrativo de Capacidade Financeira**

**Colatina/ES, 24 de fevereiro de 2021.**



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **OBJETIVO**

Tomando como nascedouro a necessidade de estruturar o novo laboratório do CISABES, elaboramos o presente Termo de Referência para a aquisição, via Registro de Preço, de Vidraria, Reagentes e Consumíveis para uso pelo Consórcio. O Termo de Referência visa esclarecer e direcionar os procedimentos essenciais para o Pregoeiro e Equipe de Apoio elaborar o ato convocatório e a formalização do processo administrativo de licitação. No Termo de Referência, o solicitante apresenta sugestões básicas sobre os procedimentos administrativos mais comuns nas licitações públicas. O atendimento aos requisitos estabelecidos no Termos de Referência evitará equívocos nas compras e contratações futuras, bem como a obediência aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 10.520/02.

As sugestões e solicitações constantes do Termo de Referência são de responsabilidade do requisitante. Portanto, o não acatamento por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio na elaboração do ato convocatório, poderá não atender plenamente o objeto pretendido.

#### **OBJETO**

Constitui objeto dessa solicitação a aquisição, via Registro de Preço, de Vidraria, Reagentes e Consumíveis para uso pelo Consórcio, como se segue em anexo.

#### **JUSTIFICATIVA**

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Espírito Santo – CISABES possui, dentre seus objetivos, a realização de análise de amostras de água de seus Consorciados, para isso, o CISABES está em processo de montagem de um novo laboratório para a nova Sede do Consórcio. Para tal é necessária a compra de vidraria, reagentes e consumíveis.

#### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A legislação básica a ser definida como fundamentação legal para a realização do procedimento licitatório em questão é a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

A modalidade de licitação sugerida nesta contratação é o Pregão Eletrônico, para Registro de Preço, na modalidade menor preço por lote, nos termos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

Não poderão participar desta licitação empresas declaradas inidôneas de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e que não tem a sua idoneidade restabelecida; com falência decretada; em consórcio.

### **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

O procedo deverá ser encaminhado à contabilidade do Consórcio para que seja informada a existência de Dotação Orçamentária suficiente para realizar a compra aqui tratada.

### **FORMAÇÃO E BALIZAMENTO DE PREÇOS**

O balizamento foi feito mediante prévia cotação de preço diretamente com empresas do ramo e em licitações executadas por outros órgãos públicos, para que se busque o fiel orçamento.

### **EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO**

Para habilitar-se à referida licitação é conveniente que os licitantes apresentem os documentos geralmente requisitados nos processos já praticados no CISABES, podendo ser franqueada a utilização do Certificado de Registro Cadastral, caso haja.

### **LOCAL DE ENTREGA**

Os materiais deverão ser entregues sempre que solicitados através de ordem de fornecimento, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da solicitação, expedida pelos CISABES, no endereços do Consórcio, sem a cobrança de frete.

### **DA VIGÊNCIA DA ATA E DO CONTRATO**

A Ata de Registro de Preços, oriunda desse Termo de Referência, terá validade por 12 (doze) meses. O contrato, oriundo deste Termo de Referência, caso seja firmado, terá validade de até 12 (doze) meses. Sendo 60 (sessenta) dias para entrega, a contar da Ordem de Fornecimento

### **DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a efetiva entrega do material e da respectiva nota fiscal, na qual deverá constar o número do processo e sua modalidade.

### **DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

Caso o Compromissário Fornecedor inexecute total ou parcialmente o compromisso de fornecimento poderá sofrer as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor dos produtos;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitando o disposto no artigo 87, IV, da lei 8.666/93, entre outras que a Comissão achar necessárias.

Colatina/ES, 24 de fevereiro de 2021.

**Rafael Barbosa**



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

Coordenador Administrativo





Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

## *ANEXO II*

### EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 003/2021

#### **DA HABILITAÇÃO**

- a) Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- c) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- d) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- e) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- f) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- g) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- h) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- i) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- j) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**142.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**143.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**144.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**145.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no ano em curso.

**146.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**147.** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual.

**148.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**149.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**14.10.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**14.11.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**14.12.** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**14.13.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**14.14.** Declaração da empresa de que não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

**14.15.** Declaração da empresa de que não haverá superveniência de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93;

**13.16.** Declaração da empresa de que atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99);

**13.17.** Declaração da empresa de que não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – art. 9º inciso III da Lei 8.666/93.

#### **REGULARIDADE FISCAL DE TRABALHISTA**

**14.18-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**14.19-** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**14.20-** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**14.21** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**14.22** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**14.23** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**14.24** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**14.25** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**14.26** A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

**14.27** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

#### **Observação**

**14.28-** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**14.29-** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**14.30** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**14.31** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**14.32** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**14.33** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**14.34** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**14.35** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

**14.36** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

***ANEXO III***  
**MODELO DA PROPOSTA**

**EMPRESA PROPONETE**  
**LOCAL**

**DATA**

**AO CONSORCIO CISABES**

**Presado Senhores,**

**Pela presente submetemos à apreciação de V. Sas. nossa proposta de preços relativa ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021, declarando aceitar eventuais correções feitas pela Comissão Permanente de Licitação, em virtude de erros de cálculo e/ou de digitação em nossa planilha de quantidades e preços.**



ANEXO Consórcio Inter Municipal de Saúde de Vitória - Reagentes e Consumíveis para uso pelo Consórcio.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
<b>LOTE 01 - BALÕES</b>			
1	25	Unid	<b>Balão volumétrico de 25 mL</b> <b>Características técnicas:</b> Vidro borosilicato 3.3, aferido a 20°C, classe A, de alta resistência, transparente, paredes reforçadas, fundo chato, com tampa de Polietileno, capacidade de 25mL, com tolerância de +/- 0,03, inscrição permanente.
2	50	Unid	<b>Balão volumétrico de 50 mL</b> <b>Características técnicas:</b> Vidro borosilicato 3.3, aferido a 20°C, classe A, de alta resistência, transparente, paredes reforçadas, fundo chato, com tampa de Polietileno, capacidade de 50mL, com tolerância de +/- 0,05, inscrição permanente.
3	25	Unid	<b>Balão volumétrico de 100 mL</b> <b>Características técnicas:</b> Vidro borosilicato 3.3, aferido a 20°C, classe A, de alta resistência, transparente, paredes reforçadas, fundo chato, com tampa de Polietileno, capacidade de 100mL, com tolerância de +/- 0,08, inscrição permanente.
4	10	Unid	<b>Balão volumétrico de 200 mL</b> <b>Características técnicas:</b> Vidro borosilicato 3.3, aferido a 20°C, classe A, de alta resistência, transparente, paredes reforçadas, fundo chato, com tampa de Polietileno, capacidade de 200mL, com tolerância de +/- 0,10, inscrição permanente.
5	50	Unid	<b>Balão volumétrico de 250 mL</b> <b>Características técnicas:</b> Vidro borosilicato 3.3, aferido a 20°C, classe A, de alta resistência, transparente, paredes reforçadas, fundo chato, com tampa de Polietileno, capacidade de 250mL, com tolerância de +/- 0,12, inscrição permanente.
6	100	Unid	<b>Balão volumétrico de 500 mL</b> <b>Características técnicas:</b> Vidro borosilicato 3.3, aferido a 20°C, classe A, de alta resistência, transparente, paredes reforçadas, fundo chato, com tampa de Polietileno, capacidade de 500mL, com tolerância de +/- 0,20, inscrição permanente.
7	50	Unid	<b>Balão volumétrico de 1000 mL</b> <b>Características técnicas:</b> Vidro borosilicato 3.3, aferido a 20°C, classe A, de alta resistência, transparente, paredes reforçadas, fundo chato, com tampa de Polietileno, capacidade de 1000mL, com tolerância de +/- 0,30, inscrição permanente.
8	2	Unid	<b>Balão volumétrico de 2000 mL</b> <b>Características técnicas:</b> Vidro borosilicato 3.3, aferido a 20°C, classe A, de alta resistência, transparente, paredes reforçadas, fundo chato, com tampa de Polietileno, capacidade de 2000mL, com tolerância de +/- 0,50, inscrição permanente.
9	2	Unid	<b>Balão volumétrico de 5000 ml</b>





Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

			<b>Características técnicas:</b> Vidro borossilicato 3.3, aferido a 20°C, classe A, de alta resistência, transparente, paredes reforçadas, fundo chato, com tampa de Polietileno, capacidade de 5000mL, com tolerância de +/- 1,5, inscrição permanente.
<b>LOTE 02 - CADINHO E CAPSULAS DE PORCELANA</b>			
10	50	Unid	<b>CADINHO TIPO GOOCH</b> <b>Características técnicas:</b> porcelana capacidade 40 a 50 mL, poros 100-160um
11	50	Unid	<b>CÁPSULA DE EVAPORAÇÃO DE PORCELANA</b> <b>Características técnicas:</b> cápsula de evaporação de porcelana com diam. 95mm e capacidade 115mL.
68	2	Unid	<b>FUNIL DE BUCHNER</b> <b>Características técnicas:</b> funil com diam. 115mm e capacidade 460mL.
69	5	Unid	<b>GRAL (ALMOFARIZ) COM PISTILO</b> <b>Características técnicas:</b> em porcelana de alta qualidade, vitrificada, exceto fundo e parte interna, 180mL, diâmetro 103mm.
<b>LOTE 03 - BÊQUERES E ERLLENMAYER</b>			
12	100	Unid	<b>COPO (BÊQUER) GRIFFIN DE 50ML (F.B)</b> <b>Características técnicas:</b> Forma Baixa, graduado (+/-5%), capacidade 50mL, escala 10/40, intervalo de graduação 10mL, em vidro borossilicato 3.3, inscrição permanente.
13	100	Unid	<b>Copo (Béquer) Griffin de 100mL (F.B)</b> <b>Características técnicas:</b> Forma Baixa, graduado (+/-5%), capacidade 100mL, escala 20/80, intervalo de graduação 10mL, em vidro borossilicato 3.3, inscrição permanente.
14	100	Unid	<b>COPO (BÊQUER) BERZELIUS DE 250ML OU 300ML (F.A)</b> <b>Características técnicas:</b> Forma Alta, graduado, intervalo de graduação 25mL e escala 50/250, em vidro borossilicato 3.3 inscrição permanente.
15	100	Unid	<b>COPO (BÊQUER) GRIFFIN DE 250ML (F.B)</b> <b>Características técnicas:</b> Forma Baixa, graduado a (+/-5%), capacidade 250mL, escala 25/200, intervalo de graduação 25mL, em vidro borossilicato 3.3, inscrição permanente.
16	100	Unid	<b>COPO (BÊQUER) GRIFFIN DE 400ML (F.B)</b> <b>Características técnicas:</b> Forma baixa, graduado a (+/- 5%), capacidade 400mL, escala 25/325, intervalo de graduação 25mL, em vidro borossilicato 3.3, inscrição permanente.
17	100	Unid	<b>COPO (BÊQUER) GRIFFIN DE 600ML (F.B)</b> <b>Características técnicas:</b> Forma baixa, graduado a (+/- 5%), capacidade 600mL, escala 50/500, intervalo de graduação 50mL, em vidro borossilicato 3.3, inscrição permanente.
18	50	Unid	<b>COPO (BÊQUER) BERZELIUS DE 1000ML (F.A)</b> <b>Características técnicas:</b> Forma alta, graduado, capacidade 1000mL, escala 100/900, intervalo de graduação 50mL, em vidro borossilicato 3.3, inscrição permanente.
19	5	Unid	<b>COPO (BÊQUER) DE 2000ML (F.B)</b> <b>Características técnicas:</b> Forma baixa, graduado, capacidade 2000mL, escala 200/1800, intervalo de graduação 100mL, em vidro borossilicato 3.3, inscrição permanente.
20	2	Unid	<b>COPO (BÊQUER) DE 5000ML (F.B)</b> <b>Características técnicas:</b> Forma baixa graduado, capacidade 5000mL, escala 500/5000, intervalo de graduação 500mL, em vidro borossilicato 3.3, inscrição permanente.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

21	50	Unid	<b>ERLENMEYER 250ML</b> <b>Características técnicas:</b> boca larga, graduado, em vidro borosilicato 3.3, capacidade 250mL, escala 100/250.
<b>LOTE 04 - KITASSATO</b>			
22	5	Unid	<b>FRASCO KITAZATO 250ML</b> <b>Características técnicas:</b> frasco com saída superior para tubo de borracha, cap. 250mL.
23	10	Unid	<b>FRASCO KITAZATO 1L</b> <b>Características técnicas:</b> frasco com saída superior para tubo de borracha, cap. 1L
24	5	Unid	<b>FRASCO KITAZATO 2L</b> <b>Características técnicas:</b> frasco com saída superior para tubo de borracha, cap. 2L
25	2	Unid	<b>FRASCO KITAZATO 4L OU 5L</b> <b>Características técnicas:</b> frasco com saída superior para tubo de borracha, cap. 4L
<b>LOTE 05 - FRASCO DE VIDRO ÂMBAR</b>			
26	50	Unid	<b>FRASCO DE VIDRO ÂMBAR COM BOCA ESMERILHADA, 50ML OU 60ML</b> <b>Características técnicas:</b> boca larga e esmerilhada, com tampa, vidro, capacidade 50mL ou 60mL, cor âmbar.
27	50	Unid	<b>FRASCO DE VIDRO ÂMBAR COM BOCA ESMERILHADA, 125ML</b> <b>Características técnicas:</b> boca larga e esmerilhada, com tampa, vidro, capacidade 125mL, cor âmbar.
28	50	Unid	<b>FRASCO DE VIDRO ÂMBAR COM BOCA ESMERILHADA, 250ML</b> <b>Características técnicas:</b> boca larga e esmerilhada, com tampa, vidro, capacidade 250mL, cor âmbar.
29	25	Unid	<b>FRASCO DE VIDRO ÂMBAR COM BOCA ESMERILHADA, 500ML</b> <b>Características técnicas:</b> boca larga e esmerilhada, com tampa, vidro, capacidade 500mL, cor âmbar.
30	25	Unid	<b>FRASCO DE VIDRO ÂMBAR COM BOCA ESMERILHADA, 1000ML</b> <b>Características técnicas:</b> boca larga e esmerilhada, com tampa, vidro, capacidade 1000mL, cor âmbar.
<b>LOTE 06 - FUNIL, DE SEPARAÇÃO E ANALÍTICO</b>			
31	25	Unid	<b>FUNIL DE SEPARAÇÃO SQUIBB DE 500ML</b> <b>Características técnicas:</b> Tipo Squibb, formato pêra, em vidro borosilicato 3.3 de alta qualidade, transparente, com alta resistência mecânica, física e química, com rolha em polietileno e torneira de teflon.
32	25	Unid	<b>FUNIL DE SEPARAÇÃO SQUIBB DE 2000ML</b> <b>Características técnicas:</b> Tipo Squibb, formato pêra, em vidro borosilicato 3.3 de alta qualidade, transparente, com alta resistência mecânica, física e química, com rolha em polietileno e torneira de teflon.
33	100	Unid	<b>FUNIL ANALÍTICO LISO HASTE LONGA</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3, liso, transparente, de alta resistência físico, química e mecânica, haste longo para filtração, ângulo de abertura de 60°, diâmetro de 100mm.
34	100	Unid	<b>FUNIL ANALÍTICO LISO HASTE CURTA</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3, liso, transparente, de alta resistência físico, química e mecânica, haste curta para filtração (Haste com comprimento aproximado de 100mm), ângulo de abertura de 60°, diâmetro de 100mm.
<b>LOTE 07 - PIPETAS BASTÕES E PISSETES</b>			
35	05	Unid	<b>PÉROLAS DE VIDRO</b>



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

			<b>Características técnicas:</b> diâmetro 5mm. Pacote com 1Kg
36	50	Unid	<b>BASTÃO DE VIDRO BOROSILICATO</b> <b>Características técnicas:</b> de 7 – 8mm de diâmetro e 300mm de comprimento, com as extremidades planas e polidas. Alta resistência físico-química e mecânica, transparente.
37	25	Unid	<b>PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA DE 1ML</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3 de alta resistência, esgotamento total, graduação 1/100, limite erro $\pm 0,02$ , rotulação em esmalte e permanente.
38	25	Unid	<b>PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA DE 2ML</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3 de alta resistência, esgotamento total, graduação 1/100, limite erro $\pm 0,02$ , rotulação em esmalte e permanente.
39	25	Unid	<b>PIPETA GRADUADA DE 10ML</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3 de alta resistência, esgotamento total, graduação 1/10, limite erro $\pm 0,06$ , rotulação em esmalte e permanente.
40	50	Unid	<b>PIPETA VOLUMÉTRICA DE 10ML</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3, transparente, aferido a 20°C, Classe A, esgotamento total, capacidade 10mL, limite erro $\pm 0,02$ , inscrição permanente.
41	25	Unid	<b>PIPETA GRADUADA DE 20ML</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3 de alta resistência, esgotamento total, graduação 1/10, limite erro $\pm 0,10$ , rotulação em esmalte e permanente.
42	25	Unid	<b>PIPETA GRADUADA DE 25ML</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3 de alta resistência, esgotamento total, graduação 1/10, limite erro $\pm 0,10$ , rotulação em esmalte e permanente.
43	50	Unid	<b>PIPETA VOLUMÉTRICA DE 25ML</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3, transparente, aferido a 20°C, Classe A, esgotamento total, capacidade 25mL, limite erro $\pm 0,03$ , inscrição permanente.
44	25	Unid	<b>PIPETA VOLUMÉTRICA DE 50ML</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3, transparente, aferido a 20°C, Classe A, esgotamento total, capacidade de 50mL, limite erro $\pm 0,05$ , inscrição permanente.
45	50	Unid	<b>PIPETA VOLUMÉTRICA DE 100ML</b> <b>Características técnicas:</b> Em vidro borosilicato 3.3, transparente, aferido a 20°C, Classe A, esgotamento total, capacidade de 100mL, limite erro $\pm 0,08$ , inscrição permanente.
77	02	Unid	<b>PIPETAS PASTEUR</b> Características técnicas: Graduada, Plástico, Capacidade 1,0mL, comp. aprox. 100mm. Não Estéril. Pct com 500Un
78	02	Unid	<b>PIPETAS PASTEUR</b> Características técnicas: Graduada, Plástico, Capacidade 3,0mL, comp. aprox. 150mm. Graduação/divisão: 0,5mL. Não Estéril. Pct com 500Un
79	50	Unid	<b>PISSET</b> Características técnicas: graduada em polietileno de baixa densidade, transparente. Capacidade de 500mL. Tampa em polipropileno a prova de vazamento.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

89	20	Unid	TETINA DE SILICONE Características técnicas: tetina de silicone para pipeta de pasteur de capacidade de 2mL.
94	10	Unid	VIDRO DE RELÓGIO Características técnicas: lapidado, diâmetro 90mm
<b>LOTE 08 - PROVETAS, FRASCOS, BOLSA E FRASCOS DE COLETAS ET REIS</b>			
46	25	Unid	<b>PROVETA DE 25ML</b> <b>Características técnicas:</b> Graduada e base hexagonal em vidro ou poli, Classe A, borosilicato 3.3 de alta resistência físico-química e mecânica, transparente, bocal com bico inclinado para liberação do líquido, graduação gravadas permanente, interv. grad. 0,5.
47	100	Unid	<b>PROVETA DE 50ML</b> <b>Características técnicas:</b> Graduada e base hexagonal em vidro poli, Classe A, borosilicato 3.3 de alta resistência físico-química e mecânica, transparente, bocal com bico inclinado para liberação do líquido, graduação gravadas permanente, interv. grad. 1.
48	100	Unid	<b>PROVETA DE 100ML</b> <b>Características técnicas:</b> Graduada e base hexagonal em vidro poli, Classe A, borosilicato 3.3 de alta resistência físico-química e mecânica, transparente, bocal com bico inclinado para liberação do líquido, graduação gravadas permanente, interv. grad. 2.
49	20	Unid	<b>PROVETA DE 100ML COM ROLHA</b> <b>Características técnicas:</b> Graduada, com rolha de polietileno e base hexagonal em vidro ou poli, Classe A, borosilicato 3.3 de alta resistência físico-química e mecânica, transparente, graduação gravadas permanente.
50	25	Unid	<b>PROVETA DE 250ML</b> <b>Características técnicas:</b> Graduada e base hexagonal em vidro ou poli, Classe A, borosilicato 3.3 de alta resistência físico-química e mecânica, transparente, bocal com bico inclinado para liberação do líquido, graduação gravadas permanente, interv. grad. 5.
51	50	Unid	<b>PROVETA DE 500ML</b> <b>Características técnicas:</b> Graduada e base hexagonal em vidro ou poli, Classe A, borosilicato 3.3 de alta resistência físico-química e mecânica, transparente, bocal com bico inclinado para liberação do líquido, graduação gravadas permanente, interv. grad. 5.
52	50	Unid	<b>PROVETA DE 1000ML</b> <b>Características técnicas:</b> Graduada e base hexagonal em vidro ou poli, Classe A, borosilicato 3.3 de alta resistência físico-química e mecânica, transparente, bocal com bico inclinado para liberação do líquido, graduação gravadas permanente, interv. grad. 10.
63	100	Unid	FRASCO FOSCO DE POLIPROPILENO, 500ML Características técnicas: boca estreita, com tampa, polipropileno, capacidade 500mL, cor branca, graduado.
64	100	Unid	FRASCO FOSCO DE POLIPROPILENO, 1000ML Características técnicas: boca estreita, com tampa, polipropileno, capacidade 1000mL, cor branca, graduado.
65	100	Unid	FRASCO FOSCO DE POLIPROPILENO, 250ML Características técnicas: boca larga, com tampa, polipropileno, capacidade 250mL, cor branca, graduado
66	100	Unid	FRASCO FOSCO DE POLIPROPILENO, 500ML Características técnicas: boca larga, com tampa, polipropileno, capacidade 500mL, cor branca, graduado



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

67	100	Unid	FRASCO FOSCO DE POLIPROPILENO, 1000ML Características técnicas: boca larga, com tampa, polipropileno, capacidade 1000mL, cor branca, graduado.
80	100	Unid	PROVETA DE 100ML EM POLIPROPILENO Características técnicas: Graduada em alto relevo, , interv. grad. 1, tolerância +/- 1,0.
144	10	Caixas	BOLSA ESTÉRIL PARA COLETA DE 100 ML CAIXA COM 500 UNIDADES
168	1000	unidades	FRASCO DE COLETA ESTÉRIL COM CAPACIDADE DE 100ML COM TIOSULFATO
200	250	Unidade	FRASCOS PARA DILUIÇÃO DE LEITE;
<b>LOTE 09 - CONSUMÍVEIS</b>			
53	20	Unid	ANÉIS SUPORTE Características técnicas: Anel de Ferro com mufa, conector integrado com parafuso de fixação, distancia aproximada do centro do aro à haste: 110mm, diâmetro do anel 70mm.
54	20	Unid	ALONGA DE BORRACHA PARA KITAZATO Características técnicas: alonga de borracha para kitazato 50mm.
55	15	Unid	BARRILHETE DE PVC Características técnicas: para depósito de água destilada, pvc de alta qualidade, com tampa, torneira na parte inferior do barrilhete e graduação lateral (indicador de nível), cor areia, capacidade 10 litros de água.
56	10	Unid	CONES DE SEDIMENTAÇÃO (CONES IMHOFF) Características Técnicas: transparente, com tampa rosca para drenagem do conteúdo, sem torneira. Capacidade de 1000 mL. Graduação: 0,5 – 10 mL; 1 – 40 mL; 2 – 100 mL; 50,0 – 1000 mL.
57	10	Unid	SUPORTE PARA CONES DE SEDIMENTAÇÃO (CONES IMHOFF) Características Técnicas: Material em Polipropileno (PP), transparente, compacto, fácil de transportar mesmo com os cones cheios. Capacidade para 02 cones.
59	25	Unid	ESCOVAS Características técnicas: PARA LAVAGEM DE VIDRARIAS, 44 cm de comprimento total por 4,0 cm de diâmetro da cerda com ponteira, escova 11 cm.
60	50	Unid	ESPÁTULAS AÇO INOX Características técnicas: Com colher em uma ponta (com aprox. 3cm de comprimento e 1,5cm de largura) e espátula em outra (com aprox. 3cm de comprimento e 2cm de largura), comprimento total da espátula aprox. 15 cm , inteiramente em aço tipo 304.
61	100	Unid	FRASCO FOSCO DE POLIPROPILENO, 125ML Características técnicas: boca estreita, com tampa, polipropileno, capacidade 250mL, cor branca, graduado.
62	100	Unid	FRASCO FOSCO DE POLIPROPILENO, 250ML Características técnicas: boca estreita, com tampa, polipropileno, capacidade 250mL, cor branca, graduado
70	5	Unid	MICROFIBRA DE VIDRO Características técnicas: GF-1, diam. 90mm, cx com 100UN.
71	10	Unid	MEMBRANA FILTRANTE ACETATO DE CELULOSE Características técnicas: poro de 0,45um, diam. 47mm, cx com 100 UN.
72	10	Unid	PAPEL FILTRO FAIXA BRANCA / MÉDIA Características técnicas: quantitativo diâmetro 125mm, porosidade 08 a 12 µm, velocidade filtração "media rápida", caixa com 100 discos.
73	10	Unid	PAPEL DE FILTRO QUANTITATIVO – FAIXA AZUL / LENTA Características técnicas: quantitativo, faixa azul, diam. 125mm, caixa com



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

			100 UN.
74	10	Unid	PAPEL DE FILTRO QUANTITATIVO – FAIXA PRETA / RÁPIDA Características técnicas: quantitativo, faixa preta, diam. 150mm, caixa com 100 UN.
75	25	Unid	PAPEL FILTRO QUALITATIVO Características técnicas: Qualitativo, 80g quadrado, 50cm x 50cm, pacote com 100 folhas.
76	05	Unid	PINÇA TENAZ PARA CADINHO Características técnicas: aço inox 304, com ponta curva, comp. 40cm.
165	10	unidades	FILTROS DE MEMBRANA 0,45µM OU 0.22µM CAIXA COM 100 UNIDADES
<b>LOTE 10 - REAGENTES QUÍMICOS</b>			
95	1	frasco	ACETATO DE SÓDIO TRIHIDRATADO; 100 ML
97	1	frasco	ÁCIDO ESTEÁRICO 98% PUREZA 500 G
98	1	frasco	ACIDO ROSÓLICO 100G
103	1	Frasco	ÁLCOOL ETÍLICO P.A. 1000ML
104	1	frasco	CARBONATO DE CÁLCIO 500G
105	1	frasco	CARBONATO DE SÓDIO 500G
106	1	frasco	CARBONO PRETO GRAFITIZADO (GCB) 10G
107	1	frasco	CLORETO DE ALUMÍNIO; 500G
109	1	frasco	CLORETO DE CÁLCIO 500G
110	1	frasco	CLORETO DE MAGNÉSIO HEXAHIDRATADO 1000G
111	1	frasco	CLORETO DE SÓDIO 500G
114	1	frasco	EDTA (TITRIPLEX III); 1000G
115	1	frasco	FOSFATO DIBÁSICO DE SÓDIO ANIDRO (NA <sub>2</sub> HPO <sub>4</sub> ); 500G
116	1	frasco	FOSFATO DIBÁSICO DE SÓDIO HEPTAHIDRATADO; 500G
117	1	frasco	GLICOSE 1000G
118	1	frasco	HEXAMETILENO TETRAMINA 500G
120	3	frascos	HIDRÓXIDO DE SÓDIO PA. 1000G
121	1	frasco	IODETO DE POTÁSSIO (KI); 250G
123	1	frasco	N-N-DIETIL P-FENILENODIAMINA (DPD)25G
125	1	frasco	SULFATO DE HIDRAZINA 100G
126	1	frasco	SULFATO DE MAGNÉSIO ANIDRO P.A. 500G
127	1	frasco	SULFATO DE MAGNÉSIO HEPTAHIDRATADO 500G
128	1	frasco	SULFATO DE SÓDIO ANIDRO; 1000G
129	1	pacote	SUSPENSÃO DE TERRA DE DIATOMÁCEA 10 G/L; 1KG
131	1	frasco	ACETONITRILA 5000ML
133	1	frasco	ÁCIDO GLUTÂMICO; 500MG





Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

139	1	Frasco	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO 95%; 1000ML
140	1	Frasco	ALQUILATO SULFONATO LINEAR (LAS, DODECIL BENZENO SULFONATO); 500G
141	1	Frasco	AZUL DE METILENO; 1000ML
142	1	Frasco	BIFTALATO DE POTÁSSIO; 500G
143	1	Frasco	BISSULFATO DE POTÁSSIO (KHSO4) P.A.; 500G
145	1	Frasco	BOROHIDRETO 500G
147	1	Frasco	BSTFA (BIS(TRIMETHYLSILYL)TRIFLUOROACETAMIDE) 500G
154	1	Frasco	CLORETO DE BÁRIO; 1000G
155	1	Frasco	CLORETO DE COBALTO 1000G
156	1	Frasco	CLORETO DE MAGNÉSIO 1000G
157	1	Frasco	CLORETO DE MAGNÉSIO HEXAHIDRATADO; 1000G
158	1	Frasco	CLORETO DE SÓDIO 6,5%; 1000G
159	1	Frasco	CLORETO DE SÓDIO NaCl; 1000G
160	1	Frasco	CLORETO FÉRRICO 1000G
161	1	Frasco	CLOROPLATINATO DE POTÁSSIO 500G
163	1	Frasco	ETANOL; 1000ML
164	1	Frasco	FENOLFTALEÍNA; 100G
166	1	Frasco	FOSFATO DIBÁSICO DE POTÁSSIO; 1000G
167	3	Frasco	FOSFATO MONOBÁSICO DE POTÁSSIO ANIDRO 500G
169	1	Frasco	HEXANO; 5000ML
170	10	frascos	HEXTRAN(DETERGENTE PARA VIDRARIAS) 5000ML
171	1	Frasco	HIDROGENOFTALATO DE POTÁSSIO; 1000G
176	1	Frasco	METHYLNAPHTHALENE STANDARD; 1ML
177	1	Frasco	N-HEXADECANO 98% PUREZA 100ML
179	1	Frasco	NITRATO DE PRATA; 500G
180	1	Frasco	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO H <sub>2</sub> O <sub>2</sub>
181	1	Frasco	PRETO DE ERIOCROMO T; 25G
183	1	Frasco	SILICA GEL 60 PARA CROMATOGRAFIA;
184	1	Frasco	SOLUÇÃO PADRÃO DE 500 UNIDADES DE COR FRASCO DE 500 ML
185	1	Frasco	SULFATO DE COBRE PENTAHIDRATADO (CUSO4.5H2O) P.A.; 500G
186	1	Frasco	SULFATO DE MAGNÉSIO MONOIDRATADO. 500G
187	1	Frasco	SULFATO DE MAGNÉSIO; 500G
188	1	Frasco	SULFATO DE MERCÚRIO 500G
189	1	Frasco	SULFATO DE POTÁSSIO (K2SO4) 500G
190	1	Frasco	SULFATO DE PRATA 500G





Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

191	1	Frasco	SULFATO DE SÓDIO ANIDRO (NA <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> ) P.A. 500G
193	1	Frasco	VERDE DE BROMOCRESOL (C <sub>21</sub> H <sub>14</sub> BR <sub>4</sub> O <sub>5</sub> S) 25G
194	1	Frasco	VERMELHO DE METILA (C <sub>15</sub> H <sub>15</sub> N <sub>3</sub> O <sub>2</sub> ) 5G
<b>LOTE 11 - MATERIAIS DESCARTÁVEIS</b>			
195	10	Cx	LUVA NITRILICA TANHOS PP CAIXA COM 50 PARES
196	10	Cx	LUVA NITRILICA TANHOS P CAIXA COM 50 PARES
197	10	Cx	LUVA NITRILICA TANHOS M CAIXA COM 50 PARES
198	10	Cx	LUVA NITRILICA TANHOS G CAIXA COM 50 PARES
199	20	Caixas	FITAS DE MEDIÇÃO DE PH, CAIXA COM 100 LAMINAS
201	20	Pacote	PINÇA ESTÉRIL DESCARTÁVEIS AUTOCLAVÁVEIS, PACOTE COM 100 UNIDADES
203	500	Unidade	PLACAS DE PETRI DESCARTÁVEIS ESTÉREIS DE PLÁSTICO. 90/15 MM
204	500	Unidade	PLACAS DE PETRI DESCARTÁVEIS ESTÉREIS DE PLÁSTICO.60/15 MM
205	10	Pacotes	PONTEIRAS DE 1 E10 ML DESCARTÁVEIS E AUTOCLAVÁVEIS, PACOTE COM 1000 UNIDADES
206	100	Unidades	CAIXA COLETORA DE PERFUROCORTANTE 13 LITROS
207	5	Unidades	LUZ UV- 365-366 NM;
208	1000	Unidades	MEMBRANA QUADRICULADA ESTÉRIL COM 47 MM DE DIÂMETRO E POROS DE 0,45 µM;
211	20	Pacotes	SACOLA DESCARTÁVEL AUTOCLAVÁVEL PARA MATERIAL CONTAMINADO PACOTES COM 10 UNIDADES
212	20	Pacotes	SACOLA DESCARTÁVEL PARA MATERIAL INFECTANTE BRANCA 50 LITROS, PCT COM 10 UNIDADES
213	2000	Unidades	VIALS DE 2ML COM TAMPA E SEPTO 2ML
<b>LOTE 12 - SUBSTRATO ENZIMÁTICO</b>			
215	1	Caixa	TESTE COM SUBSTRATO ENZIMATICO QUE DETECTA E QUANTIFICA SIMULTANEAMENTE COLIFORMES TOTAIS E ESCHERICHIA COLI, COM RESULTADOS EM 24 HORAS. CAIXA COM 200 TESTES.
<b>LOTE 13 - PADRÕES</b>			
216	1	Frasco	INIBIDOR DE NITRIFICAÇÃO. NOME: 2 - CLORO – 6 (TRICLORO METIL) PIRIDINA OU EQUIVALENTE
217	1	Frasco	PADRÕES MR DE PH: 4, 7 E 10 1000ML. 1 Frasco de cada faixa
218	01	Frasco	PADRÃO MULTIELEMENTAR E MONOELEMENTAR 100 PPM E 1000 PPM (AL, AG, B, BA, BE, BI, CA, CD, CO, CR, CU, FE, K, LI, MG, MN, MO, NA, NI, P, PB, SR, SN, TI, TL, V, U E ZN) (SPECSOL OU SIMILIAR),



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

			PADRÃO DE FERRO 10000 PPM E ACIDIFICADAS COM HNO3 5% V/V PREVIAMENTE AO USO; 1 frasco de cada
<b>LOTE 14 - DESSECADOR</b>			
58	5	Unid	DESSECADOR POLICARBONATO COM TAMPA E VACUÔMETRO DIAM. 250MM. Características técnicas: dessecador policarbonato transparente, leve e inquebrável. Para aplicações de vácuo e sem vácuo. Para usar a temperatura ambiente apenas. Silicone O-ring assegura uma vedação hermética. Diâmetro 250mm. Placa de cerâmica 230mm de diâmetro, autoclavável.
<b>LOTE 15 - TUBOS E RACK</b>			
81	50	Unid	RACK (ESTANTE) EM POLIPROPILENO Características técnicas: Polipropileno, para acomodar na posição vertical 50 tubos tipo "Falcon", cap. 15-50mL
90	100	Unid	TUBO CÔNICO PARA CENTRIFUGA CAP. 15ML Características técnicas: tubos em polipropileno, tampa rosca, base cônica, graduado, cap. 15mL, estéril.
91	100	Unid	TUBO CÔNICO PARA CENTRIFUGA CAP. 50ML Características técnicas: tubos em polipropileno, tampa rosca, base cônica, graduado, cap. 50mL, estéril.
93	50	Unid	Rack Características técnicas: rack para 100 vials de 2,0mL com tampa.
<b>LOTE 16 - ROLHA DE SILICONE</b>			
82	20	Unid	ROLHA DE SILICONE PARA KITASSATO DE CAP. 250ML Características técnicas: diâmetro 32 (interno) x 26,5 (altura) x 37,8 (externo). Compatível com o kitassato de 250mL.
83	20	Unid	ROLHA DE SILICONE PARA KITASSATO DE CAP. 1000ML Características técnicas: diâmetro 39 (interno) x 32,7 (altura) x 42 mm (externo), nº 12. Compatível com o kitassato de 1000mL.
84	20	Unid	ROLHA DE SILICONE PARA KITASSATO DE CAP. 2000ML Características técnicas: diâmetro 42 (interno) x 36,5 (altura) x 45 (externo). Compatível com o kitassato de 2000mL.
85	10	Unid	ROLHA DE SILICONE PARA KITASSATO DE CAP. 4000ML Características técnicas: diâmetro 52 (interno) x 45 (altura) x 53 (externo). Compatível com o kitassato de 4000mL.
<b>LOTE 17 - TERMÔMETRO DIGITAL E PIPETA AUTOMÁTICA</b>			
86	1	Unid	TERMÔMETRO PARA ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO FAIXA DE -10 A +320 Características técnicas: Termômetros para Estufas de esterilização a seco, escala interna, capilar refletor amarelo ou branco, enchimento a Mercúrio (Hg), fechamento redondo, diâmetro do corpo de 11,75mm, faixa de -10 a +320, (divisão 5°C). Com certificado de rastreável calibração RBC, em três pontos de trabalho.
87	30	Unid	TERMÔMETRO DIGITAL DE MÁX/MÍN ESCALA Características técnicas: para uso ambiente, marcam as temperaturas máximas e mínimas atingidas, digital, faixa interna de -20 a +70°C e faixa externa -50 a +70°C. Resolução 0,1°C; Precisão +/- 1°C Com certificado de calibração rastreável RBC.
88	02	Unid	TERMÔMETRO DIGITAL DE MÁX/MÍN ESCALA, DE TEMPERATURA E UMIDADE.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

			Características técnicas: para uso ambiente, marcam as temperaturas máximas e mínimas atingidas, digital, faixa interna de -10 a +70°C e faixa externa -50 a +70°C. Umidade interna 15 a 95%. Com certificado de calibração RBC, em três pontos de trabalho.
92	10	Unid	MINUTEIRO ANALÓGICO Características Técnicas: timer analógico 60min, cor branco (alarme sonoro, timer, cronômetro regressivo, usa pilha aa
202	2	Unidade	PIPETAS AUTOMÁTICAS DE 20µL, 200µL E 1000µL
209	2	Unidades	MICROPIPETAS; 0,1 ML/ 0,20 ML/ 0,50ML/ 1 ML/ 2 ML/ 5 ML/ 10 ML
210	10	Caixas	PONTEIRAS ESTÉREIS DE 1 ML E 0,1 ML; CAIXA COM 20 UNIDADES
<b>LOTE 18 - KIT SURFACTANTES</b>			
214	2	Kits	KIT ANIONIC SURFACTANTS
<b>LOTE 19 - REAGENTES PARA MICROBIOLOGIA</b>			
100	2	frascos	AGAR 500G
101	2	frascos	AGAR CÉREBRO-CORAÇÃO 500G
102	2	Frasco	AGAR M ENTEROCOCCUS PARA STREPTOCOCCUS FECAIS 500G
122	2	frascos	MEIO M-FC; 500G
136	1	Frasco	ÁGAR AZIDA BILE ESCULINA 500G
137	1	Frasco	AGAR BILE ESCULINA. 500G
138	1	Frasco	AGAR TRIPTONA GLICOSE EXTRATO DE LEVEDURA 500G
148	1	Frasco	CALDO AZIDA DEXTROSE 500G
149	1	Frasco	CALDO CÉREBRO-CORAÇÃO 500G
150	1	Frasco	CALDO LAURYL TRIPTOSE 500G
151	1	Frasco	CALDO VERDE BRILHANTE BILE LACTOSADO 500G
172	2	frascos	MEIO DE CULTURA A1 500G
173	2	Frascos	MEIO DE CULTURA EC-MUG 500G
174	2	Frascos	MEIO DE CULTURA M-ENDO AGAR LES 500G
175	2	frascos	MEIO DE CULTURA PCA. 500G
<b>LOTE 20 - CARTELA E SELADORA QUANTY TRAY</b>			
152	200	pacote	CARTELA QUANTI-TRAY ® 2000, pacote com 10 unidades
182	1	unidade	SELADORA QUANTI-TRAY.
<b>LOTE 21 - REAGENTES QUÍMICOS</b>			
96	1	frasco	ÁCIDO ACÉTICO 1000 ML
99	1	frasco	ÁCIDO SULFÚRICO 1000 ML
108	1	frasco	CLORETO DE AMÔNIO 1000G
112	1	frasco	CLOROFÓRMIO 1000ML
113	15	frascos	DICLOROMETANO 1000ML
119	1	frasco	HIDRÓXIDO DE AMÔNIO 1000 ML



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

124	1	frasco	PERMANGANATO DE POTÁSSIO (KMNO4) 250G
130	1	frasco	ACETONA P/A 100 ML
132	1	frasco	ÁCIDO CLORÍDRICO (HCL) 1000ML
134	1	frasco	ÁCIDO NÍTRICO HNO <sub>3</sub> , CONC. 1000ML
146	1	Frasco	BOROHIDRETO DE SÓDIO PA PARA DETERMINAÇÃO DE HG, AS, SE, SB; 500G
153	1	Frasco	CLORETO DE AMÔNIO;1000G
162	1	Frasco	DICROMATO DE POTÁSSIO 1000G
<b>LOTE 22 - REAGENTES QUÍMICOS</b>			
135	1	Frasco	Ácido nítrico 65% para análise (máx 0,005ppm Hg) - CAS: 7697-37-2 Especificações do Produto: - Ácido nítrico PA, Pureza mínima 65%, - Traços de íons: Ag≤0.01ppm; Al≤0.05ppm; As≤0.01ppm; Ba≤0.01ppm; Bi≤0.1ppm; Ca≤0.5ppm; Cd≤0.01ppm; Co≤0.01ppm; Cr≤0.02ppm; Cu≤0.01ppm; Fe≤0.2ppm; Hg≤0.005ppm; K≤0.1ppm; Li≤0.01ppm; Mg≤0.1ppm; Mn≤0.01ppm; Mo≤0.02ppm; Na≤0.5ppm; Ni≤0.02ppm; Pb≤0.01ppm; Zr≤0.05ppm. - Frasco de 1L.
178	1	Frasco	NITRATO DE POTÁSSIO; 500G
192	1	Frasco	SULFETO DE SÓDIO ( INIBIDOR II ) 500G

**Nome do Representante Legal da Empresa**  
**CNPJ da Empresa**



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

*ANEXO IV*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº003/2021**

**DECLARAÇÃO**

**(Nome da Empresa)**

**CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada.**

**(Endereço Completo)**

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ instaurada pelo CISABES, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

**OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.**



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**ANEXO V**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº\_003/2021**

**DECLARAÇÃO**

**(Nome da Empresa)**

**CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada**

**(Endereço Completo)**

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**(Local e Data)**

**(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)**

**OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.**



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**ANEXO VI**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2021**

**DECLARAÇÃO**

**(Nome da Empresa)**

**CNPJ/MF N° \_\_\_\_\_, sediada**

**(Endereço Completo)**

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

**(Local e Data)**

**(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante) OBS.**

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.





Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

***ANEXO VII***

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021**

**DECLARAÇÃO**

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº , sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão , que estou (amos) sob o regime de ME/EPP , para efeito do disposto na LC 123/2006

---

**Local e data**

---

**Nome e nº da cédula de identidade do declarante**



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

***ANEXO VIII***

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão do Consorcio CISABES de \_\_\_\_\_, que a empresa. .... tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

**Local e data:**

**Assinatura e carimbo da empresa:**

*ANEXO IX*

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2021**

**DECLARAÇÃO**

O(s) abaixo-assinado(s) \_\_\_\_\_, na qualidade de representante da empresa\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_- \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

**Local e data:**

**Assinatura e carimbo da empresa:**

• *Lei 8.666, Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.*

## ANEXO X

### MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021

Contrato de aquisição que celebram entre si o  
**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE  
SANEAMENTO BASICO DO ESPIRITO SANTO -  
CISABES** e a empresa **XXXXXXXXXX**.

Contrato de aquisição que entre si celebram, **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESPIRITO SANTO - CISABES**, consórcio público inscrito no CNPJ sob o nº **14.934.498/0001-74**, com sede na Praça Izidoro Binda, 138, Bairro Vila Nova, Colatina-ES, CEP: 29.702-040, Estado do Espírito Santo, representada neste ato pelo seu Presidente o Ilmo. Sr. Fernando Videira Lafayette, inscrito no CPF nº 263.143.047-68, brasileiro, residente e domiciliado no endereço: SIT CACHOEIRINHA S/N CACHOEIRINHA ALFREDO CHAVES - ES CEP: 29.640-000, doravante denominado **CONTRATANTE** ou **USUÁRIO**, e do outro lado, a empresa **XXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **XX.XXX.XXX/XXXX-X**, com sede **xxxxxxx** nº **xxx**, **xxxxx**, CEP **xx.xxx-xxx**, **xxxxxx/xx**, representada neste ato por seu sócio, o Sr. **xxxxxxxx**, inscrito no CPF nº **xxx.xxx.xxx-xx**, denominada doravante **CONTRATADA**, ajustam o presente instrumento, regido pela Lei 8.666/1993 e suas alterações, Lei 10.520/02, e seguindo o Pregão Eletrônico 003/2021. Este contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

#### *CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*

1.1. A execução do presente Contrato obedecerá à seguinte legislação: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão); Resolução CISABES 155/2020, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte) e sua alteração LC nº 147/14; Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019 (regulamenta licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de serviços comuns, incluindo os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre a dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal), subsidiária a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de licitações e contratos administrativos) e suas posteriores alterações, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, bem como as exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

#### *CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL*

2.1. São partes integrantes deste Contrato como se nele transcritos estivessem o Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2021 e seus Anexos, bem como, a Proposta da Contratada, e demais peças que constituem o Processo do Edital do supracitado Pregão Eletrônico, aos quais expressamente se vincula.

#### *CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA*

3.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela assessoria jurídica do CISABES, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 8.666/1993 e inciso IX, do art. 30, do Decreto nº 10.024/2019.

#### *CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO*

4.1. Constitui objeto do presente contrato a aquisição de Vidraria, Reagentes e Consumíveis para uso pelo Consórcio.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO PARA A ENTREGA DO OBJETO**

5.1. A execução da prestação do serviço/entrega do material deverá ser de até 60 (sessenta) dias, iniciada após a Ordem de Fornecimento/Empenho emitida pelo Consórcio, não realizando o serviço, o fornecedor deverá se justificar perante o Consórcio no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), devendo o Consórcio se manifestar a cerca da dilação do prazo., conforme discriminado no Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

6.1. O prazo de vigência deste contrato até xx de xxxxx de xxxx, a contar da sua assinatura.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR CONTRATADO**

7.1. Pelo objeto do presente do contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ XXX (XXXXX), de acordo com o descrito tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	xxxx	xxxx	xxxxx	xxxxx	Xxxxxxx

**CLÁUSULA OITAVA - DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** Todas as despesas decorrentes deste Contrato correrão na funcional programática, assim especificada:

- Natureza de Despesa:
- Fonte de Recurso:

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 Não transferir a outrem, no todo ou parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

9.2 Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado;

9.3 Entregar os produtos especificados no local determinado pela CONTRATANTE, conforme Edital e seus anexos;

9.4 A contratada obriga-se a: Entregar o material conforme as especificações contidas no Edital e seus anexos;

9.5 A Contratada responsabilizar-se-á pela reposição do material e/ou em caso de defeito.

9.6 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.7 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,

13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.9 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) corridos, o produto com avarias ou defeitos;

9.10 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.11 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.12 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.13 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.14 Apresentação atestado de aptidão da empresa licitante para execução de serviços compatíveis com objeto desta licitação, por pessoa jurídica de direito público ou privado;

#### *CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE*

**10.1.** Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato;

**10.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, podendo realizar testes no objeto fornecido;

**10.3.** Atestar as Faturas/Notas Fiscais;

**10.4.** Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos;

**10.5.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em Técnica, aplicação de sanções e alterações do mesmo.

#### *CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS*

**11.1.** O preço consignado no contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da assinatura do contrato, conforme variação do IGPM (Índice Geral de Preço de Mercado) ou outro índice oficial pertinente à Administração Pública, que permanecerá imutável pelos próximos 12 meses.

**11.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

#### *CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES*

**12.1.** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o §1º, do artigo 65, da Lei nº. 8.666/93.

**12.2.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderá exceder o limite de 25%, de acordo com o §2º, do artigo 65, da Lei nº. 8666/93.

#### *CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO*

**13.1.** O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias, a contar da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Responsável do Recebimento do objeto licitado, pela CONTRATANTE, mediante apresentação da Fatura acompanhado de a Nota Fiscal, Recibo e Certidões do INSS e FGTS em vigência, uma

vez satisfeitas as condições estabelecidas no Contrato.

**13.2.** O pagamento será creditado em favor dos fornecedores dos serviços para os órgãos participantes desse certame, mediante crédito em **conta bancária**.

**13.3.** Será procedida consulta "**ON LINE**" junto ao **SICAF** antes de cada pagamento a ser efetuado ao fornecedor, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas no empenho, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

**13.4.** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a(s) empresa(s) vencedora(s) não tenha(m) concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13.5. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Consórcio, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### *CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO*

**14.1.** A CONTRATANTE exercerá fiscalização sobre a execução do contrato, ficando a CONTRATADA obrigada a facilitar o exercício deste direito.

**14.2.** A fiscalização da contratação será exercida pelos servidores, para acompanhar e controlar a execução do presente contrato, de acordo com o estabelecido no Art. 67 e parágrafos da Lei Federal Nº. 8666/93 e alterações.

**14.3.** A presença da fiscalização não atenua a responsabilidade da CONTRATADA.

**14.4.** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

**14.5.** Caberá ao fiscal designado, **sob as penas da lei**, rejeitar totalmente ou em parte, o objeto que não esteja de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, bem como determinar prazo para regularização do objeto que esteja em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência do Edital.

#### *CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA*

15.1 Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade (nunca inferior a doze meses a partir da entrega).

#### *CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS*

16.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, oriundo do Pregão Eletrônico SRP nº 003/2021, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para a Secretaria;

b) Multa:

b.1 - MULTA POR MORA - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parcela em atraso nos casos de descumprimento do prazo para entrega do(s)



produto(s).

**b.2** - MULTA DE INADIMPLEMENTO – 2,0%(dois por cento), incidente sobre o valor global da contratação, pelo atraso superior a 30(trinta) dias ou recusa em fornecer o(s) produto(s), aplicada cumulativamente com a multa estabelecida no item anterior;

**c)** Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar, contratar e subcontratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorridos o prazo da sanção, aplicada com base na alínea anterior.

16.2 Serão Causas de Declaração de Inidoneidade, conforme art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93, dentre outras:

- a)** Recusar a Nota de Empenho da Despesa;
- b)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c)** Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- d)** Não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado;
- e)** Comportar-se de modo inidôneo;
- f)** Cometer fraude fiscal.

16.3As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” e “d” do **subitem 16.1** poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a alínea **b** do referido item, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;

16.4Nos termos do art. 7º da lei 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, garantindo o direito à ampla defesa, a licitante que der causa as alíneas **do subitem 16.2**.

16.5O atraso injustificado na execução, conforme estipulado no Edital, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a exclusão da referida empresa da Ata de Registro de Preço, bem como a aplicação das sanções elencadas neste Edital.

16.6As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da empresa ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, casos não cumpridos, serão cobrados judicialmente.

16.7As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

#### *CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO*

17.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº. 8.666/93 e alterações:

**Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.**

A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a)** Determinada por ato unilateral e por escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII **do artigo 78, da Lei nº. 8.666/93;**
- b)** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c)** Judicialmente, nos termos da legislação.

Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII **do artigo 78, da Lei nº. 8.666/93**, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a)** Devolução de garantia;
- b)** Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- c)** Pagamento do custo de mobilização.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado

automaticamente por igual tempo.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante, além das sanções previstas neste Instrumento.

*CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS*

18.1 A execução do presente Contrato bem como os casos omissos regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, combinado com inciso XII, do Artigo 55, do mesmo diploma legal.

*CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO*

19.1 Este Contrato será publicado em forma de extrato, em órgão de imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente a sua assinatura.

*CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO*

20.1 As partes elegem o foro da Comarca de Colatina/ES, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para todos os efeitos legais.

XXXXXX - XXX, XXX, de XXXXXX de 2021.

---

*DIRETOR*

---

**REPRESENTANTE LEGAL  
EMPRESA XXXXXXXXX  
CONTRATADO**



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

**ANEXO XI**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/xxxx**  
(Pregão Eletrônico nº 01/2021)

Aos xxx dias do mês de xxxx de xxxxxxxx, a empresa xxxxxxxxxxxxxx, procedeu com a assinatura da presente Ata de Registro de Preços em decorrência do resultado final do Pregão Eletrônico nº 01/2021.

Sendo assim, e conforme o edital, a empresa acima referida concorda expressamente em assinar a presente ata, comprometendo-se a manter registrado junto a este CONSÓRCIO - CISABES, pelo prazo de 12(doze) meses, os preços abaixo descritos para os produtos respectivos.

Por essa razão, a empresa declarada, sob as penas da lei, que, quando for regularmente convocada para o fornecimento de quaisquer dos produtos pelos preços registrados, o fará de acordo com as condições previstas no edital de licitação respectivo e nesta Ata.

Em nada mais havendo, lavrou-se a presente ata, a qual vai lida e assinada pelo representante legal da empresa e pelos integrantes da CPL do CISABES –CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESPÍRITO SANTO abaixo nominados:

EMPRESA: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx  
ENDEREÇO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	xxxx	xxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxxxx

---

*Diretor Executivo*

---

Empresa.  
Representante da Empresa



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo